

---

## A cidadania na sociedade em rede no Brasil<sup>1</sup>

Nataly de Queiroz Lima<sup>2</sup>

Mayoni Rafaely Maria da Silva Maia<sup>3</sup>

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE  
Centro Universitário Maurício de Nassau, Recife, PE

### RESUMO

Este artigo se propõe a discutir as possibilidades e os limites da cidadania no ciberespaço. A partir de uma revisitação teórica sobre a sociedade em rede, a partir dos aportes de Manuel Castells, e de levantamento de dados acerca das brechas digitais no mundo e no Brasil, este paper apresenta os avanços e os desafios para que a sociedade civil se utilize das ferramentas digitais para inclusão social e para a incidência política. Concluiu-se que as desigualdades de acesso à rede mundial de computadores reproduz as desigualdades estruturais secularizadas, em especial de classe, o que afeta indivíduos e instituições da sociedade civil brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociedade em rede; Comunicação; Brechas digitais; Cidadania.

### Introdução

A conexão mundial entre diferentes partes do globo, acentuada por meio das tecnologias de informação e comunicação, resultou em processos desterritorializantes que impactaram na redefinição do estado-nação, historicamente delimitado por um sistema georreferenciado em um determinado local, na cultura, substrato humano fruto de uma intensa negociação entre identidades locais e contexto histórico, e trouxeram a necessidade de pensar a lógica das redes como um novo espaço no qual se desenrolam as relações humanas. Castells (2013, p. 71) nomina este território de espaço de fluxos, onde “os lugares adquirem o seu significado e a sua função pelo papel nodal que desempenham nas redes específicas a que pertencem. Assim, o espaço de fluxos não é o

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 07 - Comunicação, Espaço e Cidadania do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 5 a 7 de julho de 2018.

<sup>2</sup> Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Pernambuco, e-mail: queiroz.nataly@gmail.com

<sup>3</sup> Graduada em Letras pela Universidade de Pernambuco e estudante de jornalismo no Centro Universitário Maurício de Nassau, e-mail: mayonirafaeli@gmail.com

---

mesmo para as atividades financeiras, para as redes mediáticas ou para as redes do poder político”.

Isso porque o espaço de fluxos se exerce a partir do exercício da “simultaneidade sem contiguidade”. Estas arenas estão entre os pontos nodais da rede. Pontos estes que estão em contínuo movimento e que separam, restringindo ou ampliando, o espaço de fluxos.

Com a dissolução das tradicionais barreiras espaciais acontece simultaneamente a ruptura com o paradigma de tempo da era industrial. Há um exercício constante e dinâmico de desenvolvimento de suportes tecnológicos que sustentem a possibilidade de negar a convencional sequência temporal. Está-se falando do padrão *multitasking*, no qual se desenvolvem várias funções ao mesmo tempo, mais propriamente do tempo atemporal, como conceitua Castells (2013, p. 73): “O espaço e o tempo redefinem-se tanto pelo aparecimento de uma nova estrutura social como pelas lutas sobre a forma e os programas da dita estrutura social. O espaço e o tempo expressam as relações de poder da sociedade em rede”.

Destes reassentamentos sociais também fazem parte o mercado e as relações de trabalho, visto que foram aceleradas as demandas por inovação, que modificaram a centralidade do poder quase absoluto de algumas poucas grandes empresas. Estas, atualmente, precisam interagir em rede, a partir de um projeto coletivo, no qual cada parte da rede colabora com alguma função para o objetivo final. A partilha nestes processos é de mão de obra, de estrutura, mas primordialmente de informação. Isto, logicamente, acarreta mudanças na organização social do trabalho, inclusive na formação e nos conhecimentos necessários destes trabalhadores e trabalhadoras, os quais precisam ademais de uma base sólida de conhecimentos gerais e específicos à sua função, adaptabilidade às condições do ambiente em constante mudança, atualização permanente e criatividade.

A divisão fundamental na sociedade em rede, embora não a única, é a que se faz entre trabalhadores autoprogramáveis e trabalhadores genéricos. Os trabalhadores autoprogramáveis têm a capacidade autônoma de se centrar numa meta que lhes tenha sido atribuída no processo de produção, encontrar a informação relevante, recombina-la em forma de conhecimento utilizando o conhecimento acumulado e

---

aplica-la nas tarefas necessárias para conquistar o objetivo do processo. Quanto mais complexos são os nossos sistemas de informação e mais interconexões temos com a base de dados e as fontes de informação, mais os trabalhadores necessitam de utilizar essa capacidade de procurar e recombinar a informação. Isto requer uma educação adequada, não em termos de habilitações mas sim em termos de capacidade criativa e recursos para evoluir com as mudanças organizativas e tecnológicas e com os novos conhecimentos. Pelo contrário, as tarefas pouco valorizadas, mas que continuam a ser necessárias são o chamado trabalho genérico, às vezes substituídos por máquinas ou alterados para centros de produção de baixo custo, em função de uma análise dinâmica de custo-benefício. A grande maioria dos trabalhadores do planeta e a maioria dos países desenvolvidos continua a constituir mão-de-obra genérica. São descartáveis, a não ser que exerçam o seu direito de existir como seres humanos e como cidadãos através de ações coletivas. (CASTELLS, 2013, p. 65)

Para o autor, esse espaço de fluxo gerou novos processos sociais em torno da *mass self communication* ou a *auto comunicaci3n de masas*:

es comunicaci3n de masas porque potencialmente puede llegar a una audiencia global, como cuando se cuelga un v3deo em YouTube, un blog con enlaces RSS a una serie de webs o un mensaje a una lista enorme de direcciones de correo electr3nico. Al mismo tiempo, es autocomunicaci3n porque uno mismo genera el mensaje, define los posibles receptores y selecciona los mensajes concretos o los contenidos de la web y de las redes de comunicaci3n electr3nica que quiere recuperar. Las tres formas de comunicaci3n (interpersonal, comunicaci3n de masas y autocomunicaci3n de masas) coexisten, interactúan y, m3s que sustituirse, se complementan entre s3. Lo que es hist3ricamente novedoso y tiene enormes consecuencias para la organizaci3n social y El cambio cultural es la articulaci3n de todas las formas de comunicaci3n en un hipertexto digital, interactivo y complejo que integra, mezcla y recombina *en su diversidad* el amplio abanico de expresiones culturales producidas por la interacci3n humana<sup>4</sup>. (CASTELLS, 2009, p. 88)

---

<sup>4</sup> Traduç3o livre: “3 comunicaci3o de massas porque potencialmente pode chegar a uma audi3ncia global como quando um v3deo 3 publicado no YouTube, um blog com *links* RSS para uma s3rie de sites ou uma mensagem para uma enorme lista de endereços de e-mail. Ao mesmo tempo, 3 autocomunicaç3o porque gera a pr3pria mensagem, define os poss3veis destinat3rios e seleciona as mensagens espec3ficas ou os conte3dos da web e as redes de comunicaç3o eletr3nicas que deseja recuperar. As tr3s formas de comunicaç3o (comunicaç3o interpessoal, de massa e autocomunicaç3o em massa) coexistem, interagem e, em vez de se substituirem, se complementam. O que 3 historicamente novo e tem enormes consequ3ncias para a organizaç3o social e a mudanç3a cultural 3 a articulaç3o de todas as formas de comunicaç3o em um hipertexto digital, interativo e complexo que integra, mistura e recombina em sua diversidade a ampla gama de express3es culturais produzidas por interaç3o humana”. (CASTELLS, 2009, p. 88)

Se o capitalismo do livre-mercado teve papel decisivo na diminuição do poder do Estado, as globalizações exigiram adaptações no seu funcionamento para que continuasse a existir enquanto gestor da vida social. Para sobreviver às inúmeras crises advindas das desterritorializações impostas pelos processos já anteriormente citados, os Estados precisaram partilhar soberania e/ou articular espaços de interesse comum e negociação sobre regiões específicas do mundo se associando em redes como a União Européia e o Mercosul; para tratar de problemas globais, criaram e dotaram de poder e legitimidade organismos supranacionais como a Organização das Nações Unidas e o Fundo Monetário Internacional; bem como, alguns desenvolveram estratégias na contramão do ideário massificante da globalização hegemônica, ressaltando as identidades locais, fortalecendo os espaços de diálogo entre sociedade civil e poder político institucional. “O novo Estado em rede caracteriza-se por partilhar soberania e responsabilidade entre diferentes Estados e níveis de governo”. (CASTELLS, 2013, p. 78)

As mudanças axiológicas e pragmáticas também reverberam no âmbito da cultura. As identidades locais, ainda que fragmentárias, entram em disputa com o ideário planificador da cultura hegemônica de uma sociedade global, na qual a produção de sentidos, na busca por um código comum, nega a pluralidade e, portanto, mais exclui e desvaloriza do que engloba. Destaca-se então a importância do estabelecimento do que Castells (2013) denomina como protocolos de comunicação interculturais. Estes permitem um processo, ainda que não totalmente destituído de conflitos, de partilha de identidades culturais diversas que, em um processo de troca, encontram seus próprios códigos comuns. Trata-se de uma efetiva busca de convergência e não de mera repetição histórica de colonizações ou de fragmentação instrumental, acirrada de desigualdades, na qual se perpetuam os poderes seculares com novas roupagens.

A cultura comum da sociedade em rede global é uma cultura de protocolos que permite a comunicação entre diferentes culturas sobre a base, não necessariamente de valores partilhados, mas de partilha do valor da comunicação. Isto que dizer que a nova cultura não está baseada no conteúdo mas no processo, tal como a cultura democrática constitucional se baseia no procedimento e não em programas

---

concretos. A cultura global é uma cultura da comunicação pela comunicação. É uma rede aberta de significados culturais que podem não só coexistir, mas também interagir e modificar-se mutuamente sobre a base deste intercâmbio. A cultura da sociedade em rede é uma cultura de protocolos de comunicação entre todas as culturas do mundo, desenvolvida sobre a base de uma crença comum no poder das redes e da sinergia obtida ao dar e receber dos outros. O processo de construção material da cultura da sociedade em rede está em marcha. Mas não se trata da difusão da mentalidade capitalista através do poder exercido pelas elites dominantes herdadas da sociedade industrial. Muito menos das propostas idealistas dos filósofos que sonham com um mundo de cidadãos abstratos e cosmopolitas. É o processo pelo qual os atores sociais conscientes de diferentes origens fornecem a outros os seus recursos e as suas crenças, esperando receber o mesmo em troca e mais ainda: partilhar um mundo diverso que acabe com o medo ancestral do outro. (CASTELLS, 2013, p. 75-76)

Estas dinâmicas reverberam nas formas organizativas e associativas da sociedade civil e da própria esfera pública. Os rearranjos estabelecidos são irreversíveis ainda que, como frutos da agência humana, estejam em contínuo processo de mudança.

### **As brechas digitais: o Brasil na era das redes**

Apesar das estruturas da sociedade em rede terem se constituído como padrão de sociedade global, há desníveis consideráveis de participação sociopolítica e econômica entre países e, dentro dos países, entre os diversos segmentos sociais que o compõe. Isso porque, além dos fatores culturais, incidem, de forma determinante, a disponibilidade de acesso às tecnologias de informação e de comunicação, responsáveis pela conexão mundial, e os usos aplicados às ferramentas tecnológicas disponíveis. O acesso ao ciberespaço é, atualmente, um dos principais indicadores de inclusão/exclusão social e de acesso a direitos.

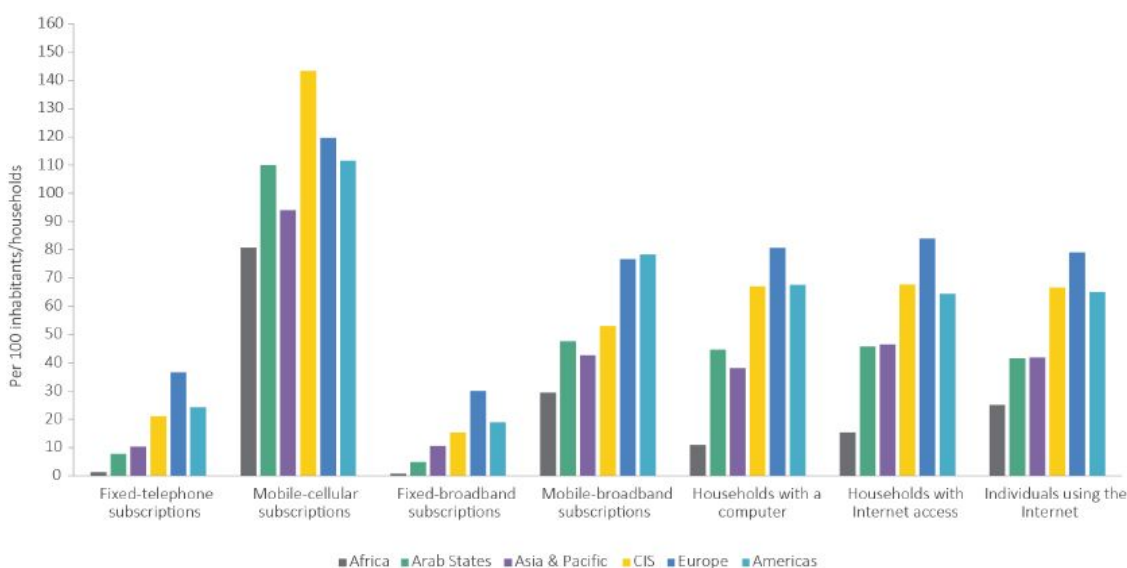
A União Internacional de Telecomunicações (UIT)<sup>5</sup>, agência das Nações Unidas especializada em tecnologias de informação e de comunicação, no seu relatório 2016,

---

<sup>5</sup> O índice classifica 175 países da África, Arábia, Ásia e Pacífico, Europa, América e na Comunidade dos Estados Independentes (CIS, em inglês), ou seja, nos estados que compunham a antiga União Soviética, de acordo com os níveis de acesso e os usos das tecnologias de informação e comunicação.

observa que o acesso à internet tem se expandido em todo mundo, no entanto o formato desse crescimento é desigual. A banda larga móvel é a principal responsável pelo incremento, sendo maior o seu avanço nos países emergentes. Nas nações desenvolvidas, a banda larga fixa permanece em crescimento. Isso revela a relação entre inclusão digital, estruturas econômicas dos Estados e políticas públicas de comunicação e tecnologia.

**FIGURA 2 – NÍVEIS DE EXPANSÃO DAS TIC POR GRANDES REGIÕES (FONTE: UIT, 2016)**



Por meio do Índice de Desenvolvimento de TIC, a UIT destacou as características dos países com os melhores resultados: possuem políticas consolidadas voltadas ao desenvolvimento das tecnologias de informação e de comunicação; mercados livres e competitivos para as TIC; estruturas de incentivo à inovação por parte do Estado e do mercado; população com rendimentos relativamente altos e as habilidades necessárias para fazer uso efetivo das tecnologias disponíveis. Evidencia-se que as estruturas técnicas de acesso a rede mundial de computadores são tão importantes quanto o desenvolvimento das estruturas políticas e econômicas que possibilitem às pessoas acesso a direitos humanos básicos, como educação. (UIT, 2016)

---

Os dados da pesquisa apontam que os níveis de escolaridade, por exemplo, determinam os usos das TIC disponíveis. Enquanto pessoas com níveis mais baixos de escolaridade utilizam a internet majoritariamente para fins de comunicação e de entretenimento, aquelas que possuem mais anos de estudo, a utilizam também para pesquisas, buscas de informações sobre saúde e para transações bancárias/comerciais.

Como Castells (2013) destaca, a sociedade em rede é repleta de possibilidades, mas é também capitalista, com todas as suas desigualdades. Os desiguais ritmos de expansão das tecnologias correspondem às brechas digitais, as quais, marcadamente, são sentidas pelo Sul Global em sua tentativa de inserção na economia-política globalização. “Tais brechas nada mais são do que uma nova forma de manifestação das tradicionais diferenças e divisões existentes em nossas sociedades e no mundo. Novas formas de exclusão que reproduzem e reforçam as diferenças pré-existentes” (WAISELFISZ, 2007, p. 09).

Uma vez que as TIC compõem o universo comunicacional, vale destacar o papel da comunicação enquanto constituidor e constituído pelas relações sociais de poder.

A comunicação cria e sustenta determinadas hierarquias simbólicas em que se mantém um sistema de poder. As hierarquias compreendem necessariamente, porém, relações de igualdade. Inclusive nos mais rígidos sistemas de poder tem de haver momentos de reciprocidade, em que é necessário falar de maneira livre e aberta, sem censura: chega-se a um consenso sobretudo pela força imanente da comunicação. A comunicação é, portanto, um processo que pode servir para promover ou reprimir o conhecimento e a autodeterminação. A perspectiva pela qual se opta depende das estratégias dos participantes. (RÜDIGER, 2011, p. 46)

A Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (RITLA) desenvolveu um Índice de Desigualdades Digitais composto por três dimensões que reforçam o desafio de pensar a inclusão digital como algo que transcende a mera oferta das estruturas técnicas de acesso a internet. A primeira dimensão corresponde às desigualdades de infouso, refletindo diferenças estruturais (disponibilidade de computadores, tipo de conexão etc.) regionais que demarcam condições de acesso desiguais; a segunda, às desigualdades socioeconômicas, particularmente associadas à

---

renda familiar e à raça/cor dos indivíduos; e, por fim, às estratégias de superação, um conjunto de medidas para democratizar e/ou superar as desigualdades de acesso à internet existentes. (WAISELFISZ, 2007)

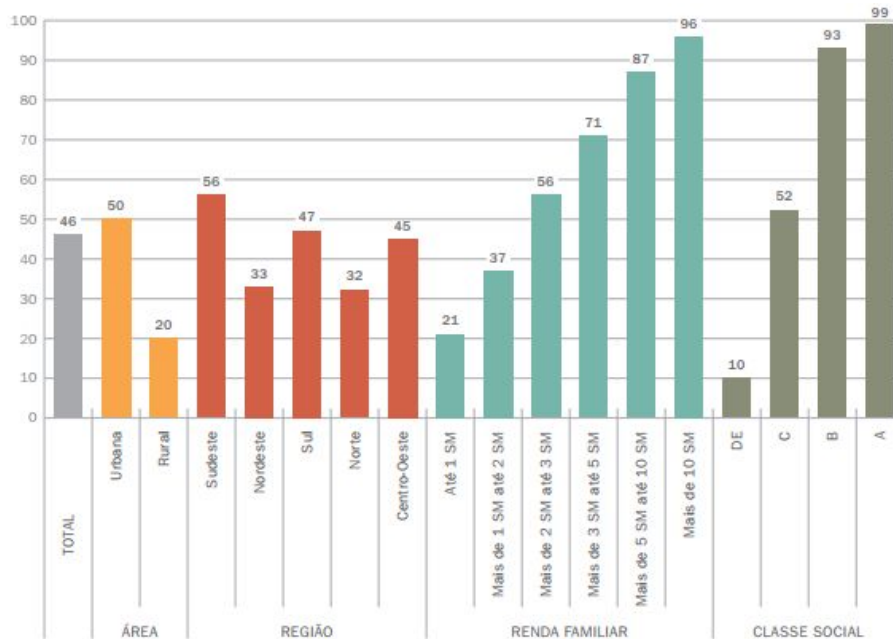
Como o último relatório da RITLA sobre a realidade brasileira foi publicado há uma década, esta pesquisa se valeu dos dados do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) para descrever as brechas digitais do país. Em 2016, 54% dos domicílios brasileiros estavam conectados a internet, um crescimento de 3% em relação ao ano anterior. As clivagens de classe se ressaltam na distribuição das conexões: em áreas urbanas, apenas 23% dos domicílios classificados como D ou E estavam conectados; já na classe A e B, 98% e 91%, respectivamente, das casas havia acesso à rede mundial de computadores. (COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2017)

Os números da banda larga fixa se mantiveram basicamente os mesmos entre 2015 e 2016. Já a banda larga móvel foi a responsável pelo aumento do ingresso de brasileiros no mundo digital, sendo as classes D e E, assim como os moradores da região norte do país e de áreas rurais, os principais usuários desse serviço. O comitê (2017) destaca que essa é, na realidade, a principal forma de conexão para 1/4 dos domicílios com acesso a internet, ressaltando a necessidade de fortalecimento das políticas no setor, atualmente, composto, majoritadamente, pela iniciativa privada transnacional.

Um desdobramento desse modelo de incremento do acesso à rede mundial de computadores é a proporção de domicílios conectados, mas sem computadores. Em 2014, correspondia a 7% e, em 2016, esse número subiu para 14%. Apenas 10% dos domicílios das classes D e E possuíam computador. Obvio que outros dispositivos de conexão existem, mas sua oferta de possibilidades de produção de conteúdo, de pesquisa, de arquivamento de dados e de programação são limitadoras em relação ao computador, seja de mesa ou portátil.



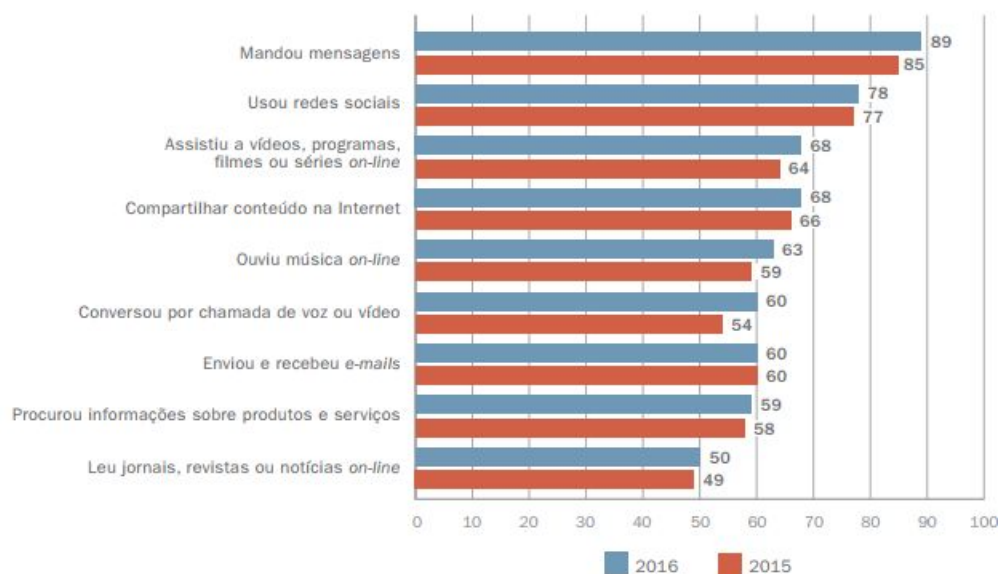
**FIGURA 3 - DOMICÍLIOS COM COMPUTADOR, POR ÁREA, REGIÃO, RENDA FAMILIAR E CLASSE SOCIAL (FONTE: COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2016)**



De acordo com os entrevistados, abordados pela pesquisa do CGI.br, os principais motivos para a ausência de conexão banda larga nos domicílios foram: alto custo dos serviços (57%), falta de interesse (49%), falta de necessidade (45%), falta de computador (44%), preocupação com segurança e privacidade (40%), moradores não sabem utilizar a internet (39%). Mais uma vez, as desigualdades sociais de renda e acesso à educação e informação são entraves para a inclusão digital. “O preço do serviço só não foi o motivo mais citado como principal entre domicílios de classe socioeconômica e renda familiar mais elevadas” (COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2017, p. 125)

Saindo da variante do acesso às condições técnicas que propiciem a inserção no ciberespaço para se dirigir às apropriações e uso da tecnologia, a pesquisa observou que as atividades mais realizadas pelos internautas brasileiros têm a ver com as comunicações e o entretenimento: 89% relataram que a utilizam para mandar mensagens e 78% para acessar as redes sociais. A utilização da internet para fins de pesquisa e busca de informações sobre serviços estão concentradas nos extratos de maior escolaridade e renda familiar: 87% dos respondentes categorizados como classe A escolheram essa opção, enquanto que nas classes D e E foram apenas 23%.

**FIGURA 4 – ATIVIDADES REALIZADAS NA INTERNET (FONTE: COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2016)**



Em relação às habilidades com o computador, as menos mencionadas estão diretamente ligadas com a capacidade de produção de conteúdos que requeiram o uso de softwares específicos e ao desconhecimento das estruturas físicas e de programação das máquinas operadas: apenas 27% dos entrevistados afirmaram saber criar apresentações de slide, 26% instalam computadores e 8% são capazes de criar softwares utilizando linguagem de programação. Vale destacar que, nesse ponto, variantes de gênero se ressaltam. As diferenças de habilidades entre homens e mulheres para questões de cunho operacional são significativas.

Nas suas pesquisas sobre relações de gênero no ciberespaço, Natansohn (2013) utiliza uma categorização das brechas de gênero na internet em três níveis, os quais não se sobrepõem em importância: o acesso, o uso e a participação nos grupos gestores de políticas e desenvolvimento de tecnologias. Questões socioculturais interferem diretamente na inserção ativa e cidadã das mulheres na vida *online*.

As mulheres participam muito pouco sobre as decisões de infraestrutura física e lógica das redes digitais em todo o mundo. Nos ministérios e secretarias políticas do governo dos países existem poucas mulheres, assim como são minoria as engenheiras de

---

computação, empreendedoras da área das TIC's, programadoras, desenvolvedoras de softwares e administradoras de sistemas. A diferença digital de gênero é global. (NATANSOHN, 2013, p. 19)

As contingências mundiais, nacionais e regionais na apropriação das tecnologias e, em especial da rede mundial de computadores, demonstram que as velhas desigualdades integram o esqueleto da sociedade em rede e mantêm estruturas de poder secularizadas, com velhos agentes operando em novas roupagens. No entanto, isso não significa uma simples repetição histórica: a nova arena social, ou a nova esfera pública digital, faz parte do mundo da vida e, portanto, não é uma esfera a parte. Na realidade se trata de uma ampliação do campo político, a qual gerou novas tensões, a emergência de novos sujeitos políticos e os agentes do capital se reconfiguraram para manter seu poderio.

O ciberespaço se forma a partir de uma espécie de ecologia das mídias, a qual é composta não apenas pelo conjunto das tecnologias disponíveis, mas pela sua interseccionalidade com aspectos culturais que possibilitam criar protocolos de comunicação, práticas e valores novos. Esses são responsáveis pela criação e expansão dos próprios espaços de fluxos da internet, assim como do seu poder que o possibilita ser, atualmente, uma das esferas prioritárias do mundo da vida. Assim, a cidadania na sociedade em rede não pode prescindir do entendimento acerca dessa ecologia midiática.

Ser cidadão nessa sociedade hipercomplexa, que potencializa a hipersociabilidade, significa tornar-se capaz de distinguir entre diferentes linguagens e mídias, suas naturezas comunicativas específicas, suas injunções político-sociais e, a partir disso, ter condições para desenvolver a capacidade de levantar perguntas acerca de tudo que lemos, vemos e escutamos. Isso porque se trata de uma sociedade de cognição distribuída, parte integrante da inteligência coletiva que, dadas a pluralidade e a diversidade de fontes de informação na ecologia das mídias em que ela se desenvolve, implica mais do que nunca, conceber a inteligência como incluindo um todo complexo, o corpo, a mente e o contexto. Esse tipo de cognição não está centrado estritamente nas tecnologias, mas sim na extração do conhecimento necessário para atender a situações e problemas concretos e abstratos. (SANTAELLA, 2013, p. 13)

---

É preciso compreender que o desafio de inclusão social e de conquista de direitos foi ampliado. A luta pela cidadania e pela democracia passa agora, mais do que nunca, pelo entendimento da comunicação e das TIC não como meras ferramentas de visibilidade de causas políticas e de grupos socialmente excluídos, mas como campo de disputa e pelo qual se deve disputar. Isso não significa sobreposição de bandeiras de luta, mas o destaque para a importância de uma área ainda incipientemente debatida pelas organizações da sociedade civil, em especial das esquerdas brasileiras.

### **3.4.1 As apropriações das tecnologias nas organizações da sociedade civil brasileiras**

Em 2017, o CGI.br divulgou um relatório sobre o uso das TIC nas organizações sem fins lucrativos brasileiras. Isso porque o Estado brasileiro é signatário do documento “Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”, o qual se insere no bojo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Para alcançar as metas estabelecidas, é preciso articular os entes federativos, os poderes estatais, a iniciativa privada e a sociedade civil.

As instituições sem fins lucrativos, ouvidas pela pesquisa, eram de diversas naturezas: entidades de defesa de direitos, religiosas, fundações, associações e sindicatos. Do universo pesquisado, 24% ainda não usa computador em suas atividades cotidianas, um cenário típico em especial das pequenas organizações que contam, predominantemente, com mão de obra voluntária para o desenvolvimento de seus trabalhos. Mais especificamente, entre essas, que não contam com pessoas remuneradas, somente 29% possuíam computadores institucionais. (COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2017)

Parte considerável dos equipamentos utilizados, especialmente nas instituições de menor porte e/ou comunitárias, são dos próprios trabalhadores ou voluntários. O acesso à internet está presente em 71% das entidades, sendo a maior parte na modalidade de cabo e fibra ótica (59%), seguido de conexão por linha telefônica – DSL (55%), modem 3G ou 4G (32%) e conexão via rádio (14%).

---

Os principais motivos para a não utilização da internet, citados pelas organizações, foram: a falta de estrutura de acesso (46%) e o alto custo da conexão (43%). A falta de estrutura de acesso à internet foi a razão mais citada pelas organizações das regiões norte (76%), Nordeste (65%) e Centro Oeste (64%), reforçando as desigualdades regionais nas políticas de inclusão digital no país, além dos centros de interesse do mercado de TI.

As dificuldades de captação de recursos e de sustentabilidade são apenas dois dos empecilhos observados pelo CGI.br para a adoção das tecnologias de informação e de comunicação. A maior parte das instituições sem fins lucrativos brasileiras dependem de editais governamentais e de instituições internacionais ou supranacionais para se manterem. No entanto, de acordo com Bobsin e Pozzebon (2017), a comunicação e as tecnologias não são vistas pelos órgãos financiadores como interligadas a atividade-fim institucional. Também faltam sistemas/software de gestão que atendam às necessidades do setor, cuja especificidade difere dos negócios tradicionais. A força de trabalho, além da considerável rotatividade de pessoal (devido à escassez de recursos), aparentou ser pouco habilitada ao uso das tecnologias de informação e comunicação. Por fim, foram verificadas algumas estruturas deveras hierárquicas, as quais se chocam com as lógicas mais horizontalizadas dos processos de comunicação na era das redes.

(...) nos casos investigados, ficou evidente que algumas organizações ainda possuem uma cultura “pensada off-line”, o que gera divergências entre os gestores e os profissionais da área de tecnologia. Essa questão é um dos reflexos da falta de visão estratégica do uso da tecnologia e a falta de planejamento e de estratégias claras acerca da atuação da organização. Em um dos casos, observou-se que, enquanto alguns colaboradores consideram as ferramentas disponíveis defasadas e insuficientes, os gestores as avaliam como sendo suficientes e desconhecem as tecnologias específicas utilizadas e necessárias para as atividades dos demais setores. (BOBSIN; POZZEBON, 2017, p. 32)

Em relação aos usos que fazem das TIC disponíveis, e da internet mais especificamente, foi observado que 67% das organizações estavam presentes na rede mundial de computadores por meio de website e/ou perfis em redes sociais. Apenas 29% ocupam os dois espaços concomitantemente. Os recursos humanos, para além dos

---

recursos técnicos, são fatores relevantes nesse cenário. Apenas 19% das instituições entrevistadas possuíam área vinculada à tecnologia e 18% tinham um setor de comunicação. Os segmentos que diferem dessa realidade são as instituições patronais, profissionais e sindicais. Foi verificado que 35% desse grupo conta com áreas de comunicação institucional consolidadas. (COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2017)

No cotidiano, os usos das TIC estão mais associados à visibilidade institucional e menos à captação de recursos e atividades de sustentabilidade. Menos de ¼ das organizações com perfis em redes sociais utilizam a plataforma para captar recursos (22%) e para solicitar doações (27%). Entre as instituições com website, apenas 14% possuíam ferramentas para recebimento de doações em sua página.

Na percepção dos gestores das organizações sem fins lucrativos com acesso à Internet, as TIC contribuem muito para a divulgação de suas ações e projetos (42%) e para melhorar sua comunicação interna (42%). Por outro lado, percebem menos a contribuição das tecnologias para a gestão de recursos: 45% acreditam que elas contribuem pouco ou nada para ajudar na redução de despesas. A ausência de recursos financeiros seguiu como a principal barreira que essas organizações enfrentam para o uso das TIC (38% entre aquelas que possuem computador), seguida da baixa velocidade de conexão à rede (19%) – barreira mais mencionada entre as organizações localizadas nas regiões Norte (32%) e Centro-Oeste (29%). (COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2017, p. 87)

Fica evidenciado que os usos criativos e estratégicos dos *mass self communication* não são explorados como poderiam. As frágeis condições de sustentabilidade, aliadas às culturas institucionais mais tradicionais, parecem engessar a comunicação social nas organizações sem fins lucrativos brasileiras. Parte considerável dessa pesquisa do CGI.br se debruça sobre entidades que não integram os novos movimentos sociais, desnudando dificuldades de ação relacionadas ao universo de cada uma das organizações, assim como a debilidade nas apropriações para formação/fortalecimento de redes no ciberespaço - território esse que se apresenta como esfera de atuação política e de conquista (ou negação) de direitos humanos.

---

## Referências

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2009.

\_\_\_\_\_. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

\_\_\_\_\_. **O poder da comunicação**. Lisboa Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas organizações sem fins lucrativos brasileiras** (livro eletrônico): TIC e organizações sem fins lucrativos 2016. São Paulo: Núcleo de Informação e Comunicação do Ponto BR, 2017.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC domicílios 2016** (livro eletrônico). São Paulo: Núcleo de Informação e Comunicação do Ponto BR, 2017.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa das desigualdades digitais no Brasil**. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (RITLA) e Instituto Sangari, 2007.